

O PASTOR NA ANALÍTICA DO GOVERNO ENTENDIDA COMO MOMENTO DA ANALÍTICA DO PODER DE MICHEL FOUCAULT*

THE PASTOR IN GOVERNMENT ANALYSIS UNDERSTOOD AS A MOMENT IN MICHEL FOUCAULT'S POWER ANALYSIS

Renato Carvalho de Oliveira**

RESUMO

O tema deste artigo é a palavra *pastor* na Antiguidade oriental e grega. Foucault constatou diversas aparições desse termo entre os orientais e os gregos antigos. O problema é saber qual o objetivo de Foucault, ao analisar ocorrências do tema no mundo antigo. Supõe-se que o autor quisesse demonstrar que o modelo pastoral de poder organizava a política oriental, mas não moldava a política grega. O objetivo geral será examinar diferentes significados do termo *pastor* no mundo antigo. Primeiro, descreveremos o papel do *pastor* na analítica do poder. Segundo, delimitaremos as ocorrências da metáfora pastoral em sociedades do Oriente antigo. Terceiro, demonstraremos significados da figura do pastor em obras literárias da Grécia Antiga e em textos de Platão. Conclui-se que o conceito *pastor* cumpre a função de diferir política grega de política oriental, para afastar o pastorado cristão – centrado na obediência submissa –, da filosofia grega – centrada na autonomia do cuidado de si –, e aproximá-lo do pastorado oriental, cujo objetivo era conduzir o rebanho.

PALAVRAS-CHAVE: analítica do governo; pastor; política; Oriente Antigo; Grécia Antiga.

ABSTRACT

The theme of this research paper is the word *pastor* in the Eastern and Greek antiquity. Foucault found several appearances of this term among the Orientals and the ancient Greeks. The problem in question is knowing what Foucault's objective is when analyzing occurrences of the word in the ancient world. It is assumed that the author intended to demonstrate that the pastoral model of power organized the Eastern politics, but it did not shape the Greek politics. The general objective will be to examine the different meanings of the term *pastor* in the ancient world. First, we will describe the role of the *pastor* in the analysis of power. Secondly, we will delimit the pastoral metaphor occurrences in the Ancient East societies. Thirdly, we will demonstrate some meanings of the figure of *pastor* in the literary works of the Ancient Greece and in the texts of Plato. It concludes that the *pastor* concept fulfils the function of differentiating the Greek politics from the Eastern politics, in order to distance the Christian pastorate – centered on the submissive obedience –, from Greek Philosophy – centered on the autonomy of self-care –, and bring it closer to the Eastern pastorate, which aims to lead the flock.

KEYWORDS: government analysis; pastor; politics; ancient East; ancient Greece.

* Artigo recebido em 05/09/2024 e aprovado para publicação em 10/11/2024.

** Mestre em Filosofia pela UNISINOS. Graduado em Filosofia pela FAJE. E-mail: renatoamd@gmail.com

INTRODUÇÃO

A palavra *pastor* é comumente utilizada nos ambientes religiosos em sentido espiritual. Os usos desse termo quase sempre se remetem a significados etimológicos e bíblicos, a fim de veicular uma mensagem edificante para os comportamentos, sobretudo de lideranças religiosas que pautam sua ação de liderar na figura do *pastor*. Nos púlpitos e no cotidiano, ressaltam-se as qualidades do pastor como referência ética da liderança religiosa de indivíduos e grupos.

Em contrapartida, há uma adesão à imagem do pastor por pessoas afiliadas, sobretudo à tradição cristã, assim como em circuitos acadêmicos da Teologia, sem problematizar o termo. Essa lacuna, por si só, já é um motivo relevante e suficiente para a produção de um artigo informativo, que pretende oferecer uma análise crítica dessa palavra, demonstrando os diferentes usos e respectivos problemas em sociedades do Oriente antigo e na Grécia Antiga.

Quem rompe com a mudez diante da imagem moralmente venerada de pastor é Michel Foucault. Um pensador francês que, com rara erudição, ressalte-se seu vasto conhecimento de hebraico, grego e latim, dedicou-se a analisar a categoria de pastor desde a segunda metade da década de setenta. No curso de 1978 *Sécurité, territoire, population – STP*, o autor investiga o verbete *pastor*, descrevendo significados diferentes na Grécia antiga e no pastorado oriental das sociedades egípcia, assíria, babilônica e, principalmente, judaica.

O problema do nosso artigo é saber qual o objetivo analítico de Foucault, ao fazer essa análise dos diferentes significados em sociedades antigas. Supõe-se que à diferença do antigo Oriente, a sociedade grega não incorporou na política o modelo pastoral de poder. Por isso, o nosso objetivo é explicitar as ocorrências opostas do termo *pastor* destacadas pelo autor.

Além de informações sobre o governo pastoral como parte do projeto de história da governamentalidade do Estado moderno, o presente texto destacará, na primeira seção, que a análise foucaultiana do vocábulo *pastor* fornece uma ferramenta de análise para pensar o termo criticamente, a saber: a analítica do governo como momento da analítica do poder de problematizar o governo das condutas individuais e coletivas; em seguida, demonstrará, na segunda seção, que o significado da metáfora do pastor no Oriente antigo permite dizer que a política oriental era moldada pelo modelo pastoral de poder; adiante, na terceira seção, argumentará que as aparições do conceito *pastor* na literatura política dos gregos e na filosofia de Platão indicam que o modelo pastoral de poder não caracterizou a política grega.

Por último, partindo da hipótese sugerida de diferenciar os usos da palavra *pastor* no mundo antigo, demonstrando que a política em sociedades orientais era marcada por um modelo pastoral de poder, e na grega não era, o artigo concluirá o seguinte: Foucault teve a intenção de vincular a emergência das técnicas do pastorado cristão ao pastorado oriental, quando analisa as diferentes ocorrências do verbete em questão no antigo Oriente e na Grécia antiga.

1 O PAPEL ANALÍTICO DA PALAVRA *PASTOR* NA ANALÍTICA DO GOVERNO

O objetivo desta seção é elaborar um comentário crítico sobre o papel analítico da palavra *pastor* na analítica do governo como momento da analítica do poder. Trata-se, em primeiro lugar, de esclarecer os conceitos de analítica do governo e de analítica do poder; em segundo lugar, entender a função de análise do termo *pastor* nas pesquisas de Michel Foucault sobre a governamentalidade.

A expressão *analítica do governo* não consta nos textos de Foucault. Aparece no livro *Foucault, governmentality and critique*, de Thomas Lemke, que reserva o capítulo primeiro, intitulado de “An analytics of government”, para a “analítica do governo” (Lemke, 2016, p. 17). Ainda argumenta que há dois modelos teóricos referentes ao termo poder. O primeiro, que inclui autores como Platão, Hannah Arendt e Talcott Parsons, define o poder enquanto “cooperação e consenso” (Lemke, 2016, p. 9). Já o segundo modelo, constituído por Thomas Hobbes, Marx Weber e Karl Marx, concebe o poder como “hierarquia e dominação” (Lemke, 2016, p. 9). Há, pois, duas tradições na filosofia sobre o poder: simétrica e assimétrica (Lemke, 2016, p. 9).

O texto faz uma referência à analítica do poder, que não assume nenhuma dessas linhas de interpretação do poder. Para Lemke (2016, p. 9-10), Foucault teria questionado o pressuposto das duas perspectivas, a saber: “o acoplamento da análise do poder a questões ou de legitimidade e consenso, ou de coação e violência” (Lemke, 2016, p. 10). O interesse de Foucault é superar o discurso jurídico-discursivo do pensamento político por uma análise que foca nas diferentes práticas de poder que as tradições simétrica e assimétrica deixaram de fora.

A analítica do poder se opõe a três visões de poder. Primeiro, não entende o poder como substância – território a ser conquistado, posse, direito exclusivo de alguns indivíduos, grupos e classes –, mas como relações de poder, diversas estratégias em conflito. Segundo, contra a noção de poder como sinônimo de poder político centralizado no Estado, ele sugere que o poder emerge na diversidade das relações. E substitui a ideia negativa de poder como

repressão – pela coação, força, violência, com efeitos negativos (censura, recalque, exclusão) –, e serviço aos interesses de reprodução, que legitima relações de exploração e patriarcais, pela ideia positiva de poder como produção de realidade, objetos e verdade do sujeito (Lemke, 2016, p. 10-11).

Se o poder é produtivo, o sujeito é constituído por práticas nas relações de poder. Por isso, Foucault (2004, p. 96) começa a história da governamentalidade do Estado moderno pelas ocorrências da palavra governo em vários setores da sociedade moderna – família, administração do Estado, pedagogia, filosofia, economia.

Segundo Lemke (2016, p. 16), o conceito de governo opera contribuições teóricas para o aprimoramento da analítica do poder. Primeiramente, uma visão do poder como governo de pessoas, orientação de condutas, que inclui “arranjos consensuais e o recurso à violência”, e visa “estruturar e moldar o campo de ação possível dos sujeitos” (Lemke, 2016, p. 17). Isso significa que a principal característica das relações de poder é a ação de governar condutas.

Outra contribuição do conceito de governo para a analítica do poder é a distinção entre poder e dominação. O poder corresponde a “*jogos estratégicos* [...] na medida em que significa estruturar o campo possível de ação de outrem” (Lemke, 2016, p. 19). O que significa que a condição de existência de uma sociedade são as relações de poder, nenhuma interação humana existe sem poder. Os jogos estratégicos podem empoderar sujeitos e ampliar o campo de escolhas e autonomia individuais. Já a dominação se compõe de “relações assimétricas de poder em que os indivíduos e os grupos subordinados têm pouco campo de manobra” (Lemke, 2016, p. 19-20). A dominação limita a margem de liberdade dos dominados, é hierárquica e fixa.

Lemke (2016, p. 18) destaca dois significados de governo na analítica do governo:

Primeiramente, o governo refere-se somente àquelas relações de poder que se apoiam em programas e formas de saber calculados e racionais, e que são acompanhados de técnicas de direcionar e regular o comportamento. Logo, a governamentalidade implica práticas de governo sistemáticas e reguladas, e também aponta para elementos de cálculo ou para um saber racional sobre as entidades a serem governadas. Em segundo lugar, o governo não visa moldar diretamente as ações de atores individuais ou coletivos, mas sim uma determinação indireta e reflexiva das opções possíveis de ação. A maneira pela qual os atores realizam sua ação (“conduta das condutas”) é o objeto do governo.

O governo contribui com o aperfeiçoamento teórico da analítica do poder, no sentido de indicar diferentes formas de poder, como o pastorado cristão enquanto “governo espiritual das almas” que busca a salvação individual no outro mundo; bem como a razão de Estado,

como governo político de grupos e indivíduos com o objetivo de atingir o bem-estar neste mundo e enriquecer materialmente o Estado (Lemke, 2016, p. 20).

Assim, governar é o conjunto de práticas de poder “[...] mais ou menos sistematizados, regulados e refletidos, que vão além do exercício espontâneo de poder sobre outrem, seguindo uma forma específica de raciocínio (uma ‘racionalidade’) que define o objetivo (*télos*) da ação e os meios adequados para atingi-lo” (Lemke, 2016, p. 20).

Ainda que faça uso abundante do potencial analítico da palavra *governo* e da expressão *analítica do governo*, Thomas Lemke não demonstra de onde extraiu esse último conceito. Até daria para inferir, mas sem muita precisão, que Lemke deriva a nomenclatura *analítica do governo* do interesse de Foucault pelo *governo*, interpretado por esse comentador como um termo que aprimora a analítica do poder. O que merece uma atenção mais detalhada à pesquisa de Foucault sobre a governamentalidade, e esclarecer o papel do governo na analítica do poder.

Em nossa interpretação, mesmo que não apareça nos textos de Foucault, a expressão *analítica do governo* é um dos momentos da analítica do poder e, como tal, serve para entender o percurso da analítica do poder na obra do pensador francês conforme cada tema correlato dos eixos de análise (ex. poder/sujeito). Logo, *analítica do governo* indica em qual tema/eixo a *analítica do poder* está focalizada: as práticas de governo das condutas individuais e coletivas.

Entende-se, em Foucault, por “analítica do poder” (Foucault, 2013, p. 107) uma ferramenta de análise crítica das práticas de poder que aparece em *Histoire de la sexualité I: la volonté de savoir*. Nesse texto, a analítica do poder se define pelo seu objetivo analítico. Trata-se de “[...] definir o domínio específico das relações de poder e determinar os instrumentos que podem ser utilizados para analisá-lo” (Foucault, 2013, p. 107).

João Paulo Ayub (2014, p. 19) destaca que a “analítica do poder” é “[...] condição de ‘exercício do pensamento’”. E, por isso, a atividade da análise é atitude crítica, entendida como “atitude filosófica que consiste em *problematizar* saberes e práticas” que agem sobre as condutas e os corpos individuais e coletivos.

No curso *STP*, na *Leçon du 1^o février de 1978*, a escrita de Foucault parece admitir a tese de que a expressão *governo* deve ser entendida como conceito operador da analítica do poder. Esta, por sua vez, é uma atividade de filosofia política que consiste em realizar a problematização da governamentalidade do Estado moderno.

Vagas referências textuais indicam que Foucault faz a problematização da ação de governar, ao propor uma história da governamentalidade. Uma delas é quando o autor considera o governo como problema: “o problema do governo” (Foucault, 2004, p. 91). A outra é referir-se aos problemas internos da governamentalidade: “os problemas da governamentalidade” (Foucault, 2004, p. 112). Não é por acaso que essas expressões aparecem várias vezes no texto.

Ressalte-se que a indicação mais evidente da governamentalidade e do governo como problema encontra-se na proposta de realizar “uma história da governamentalidade” (Foucault, 2004, p. 111). Essa pesquisa parece admitir o uso legítimo do conceito *analítica do governo*, que requer percorrer caminhos interligados de problematização da governamentalidade:

Por esta palavra “governamentalidade”, entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por “governamentalidade, creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco “governamentalizado” (Foucault, 2004, p. 111-12).

Mathieu Potte-Bonneville (2010, p. 120), no livro *Foucault*, retifica que a expressão governamentalidade não pode ser compreendida como “mentalidade governamental”, no sentido de ser “[...] um sistema de representações, crenças e apreciações que organizam a experiência dos nossos governantes”. À diferença de um sistema de representações, afirma o autor: “O neologismo visa, pelo contrário, tentar restituir a especificidade da ação de governar, ou aquilo a que chamávamos, na linguagem clássica, ‘governo’” (Potte-Bonneville, 2010, p. 120).

Ulrich Bröckling, Susanne Krasmanne e Thomas Lemke (2011, p. 1), em *Governmentality: current issues and future challenges*, também nos lembram que, para Foucault, a governamentalidade aponta para o “conjunto de formas de ação e campos de prática que visam, de forma complexa, orientar indivíduos e coletivos”.

Os estudos da governamentalidade visam à problematização do “processo de subjetivação [...] como prática de subjugação e como forma de autoconstituição” (Bröckling; Krasmann; Lemke, 2011, p. 2). O termo governo é o conceito que serve de “mediação entre poder e subjetividade”, devido a dois motivos: a) indica que as “técnicas de governo estão ligadas às tecnologias do eu”; e b) que “as formas de governo político recorrem a processos pelos quais os indivíduos agem sobre si próprios” (Bröckling; Krasmann; Lemke, 2011, p. 2).

Postas essas considerações sobre governo e governamentalidade e problematização, cabe-nos reter o seguinte argumento desta seção: se a analítica do poder é a atividade crítica de problematizar a governamentalidade do Estado moderno, então, a analítica do governo é um momento da analítica do poder de voltar-se para a problematização das práticas políticas de condução das condutas.

Analítica do governo, entendida como momento da analítica do poder de problematização do governo das condutas individuais e coletivas, é, sem dúvidas, verificável, em Foucault, se como problematização se entende, também, o que diz Phillipe Chevalier (2011, 159), em *Michel Foucault et le christianisme*: “A ‘problematização’ não é um espírito comum que habita o discurso, e menos ainda uma ideia que funda e justifica uma regra ou um código moral, mas o momento em que o pensamento se afasta de uma determinada conduta e reflete sobre ela de uma nova maneira”.

Quando problematizou a “‘governamentalização’ do Estado” (Foucault, 2004, p. 112) moderno, em *STP*, Foucault investigou os diferentes significados, de ordem moral e ordem material, do conceito *governo* nos dicionários franceses. Na *Leçon du 8 février 1978*, o autor descobriu que um significado moral consiste no “[...] sentido espiritual, do governo das almas” (Foucault, 2004, p. 125), já que “‘Governar’ pode querer dizer ‘conduzir alguém’”.

A partir dessa pesquisa sobre os diferentes usos da palavra governo, Foucault (2004, p. 126) conclui:

Como quer que seja, através de todos esses sentidos, há algo que aparece claramente: nunca se governa um Estado, nunca se governa um território, nunca se governa uma estrutura política. Quem é governando são sempre pessoas, são homens, são indivíduos ou coletividades. [...] Os homens é que são governados. [...] Os que são governados, portanto, inicialmente, fundamentalmente, pelo menos através dessa primeira pesquisa, são os homens.

O resultado dessa primeira investigação desemboca numa relevante hipótese da analítica do governo. Foucault (2004, p. 127) supõe que “[...] a ideia de um governo dos

homens é uma ideia cuja origem deve ser buscada no Oriente, num Oriente pré-cristão primeiramente, e, depois, no Oriente cristão”. César Candiotto (2008, p. 93) salienta tal hipótese de pesquisa, com o seguinte comentário: “Vestígios da tecnologia de governo pastoral encontram-se no Oriente mediterrâneo, mais precisamente entre egípcios, assírios e mesopotâmios. Porém, em tais culturas nem sempre essa tecnologia possui significado religioso”.

É na *Leçon du 15 février 1978* que Foucault realiza um segundo passo da analítica do poder focada no governo: ele entende que fazer a história da governamentalidade do Estado é realizar a história do pastorado. O pensador francês vai tendo maior clareza de sua hipótese de trabalho, já que explicita a novidade de sua investigação sobre o governo, a saber: elaborar a história da aplicação, do aprimoramento e do que se pensou e disse sobre as técnicas pastorais.

Gostaria [...] de observar que essa história do pastorado [...] parece-me que [...] nunca foi realmente feita. Fez-se a história das instituições eclesiais. Fez-se a história das doutrinas, das crenças, das representações religiosas. Fez-se também a história, procurou-se fazer a história das práticas religiosas reais, a saber: como, quando as pessoas se confessavam, comungavam etc. Mas a história das técnicas empregadas, a história das reflexões sobre essas técnicas pastorais, a história do seu desenvolvimento, da sua aplicação, a história do seu aperfeiçoamento sucessivo, a história dos diferentes tipos de análise e de saber ligados ao exercício do pastorado, parece-me que isso nunca foi realmente feito (Foucault, 2004, p. 153-154).

Se anteriormente dissemos que fazer a história da governamentalidade é realizar a história do pastorado, na *Leçon du 22 février 1978*, empreender a história do pastorado é efetuar a história do sujeito (Foucault, 2004, p. 187). Logo, a analítica do governo é também a analítica do sujeito, cujo objetivo é propor aos/às leitores/as a experiência de pensamento autocrítico, entendida como problematização dos mecanismos de governo que constituem suas condutas.

A prática de conduzir a conduta de indivíduos designa-se pastorado, como “categoria histórico-crítica” (Senellart, 2004b, p. 134). Por isso, na conferência “*Omnes et singulatum*”: *versune critique de la raison politique*, Foucault (1994, p. 136) diz: “chamemos de pastorado o poder individualizador”. Michel Senellart (2004a, p. 391-392), em *Situation des cours*, salienta que essa história do pastorado serviu, sobretudo, para esclarecer que o sujeito já não significa apenas a posição de uma conduta sujeitada peculiar ao sujeito obediente às normas morais e ao pastor; como também a posição de uma conduta de contestação do poder própria da resistência do sujeito que se recusa a ser governado de uma determinada maneira.

Entendida a hipótese de pesquisa, pode-se analisar qual é o papel da aparição do *pastor* na analítica do governo. O vocábulo *pastor* cumpre um duplo objetivo analítico perseguido por Foucault: (1) demonstrar a hipótese de investigação já aventada, na *Leçon du 8 février 1978* e, por isso, *pastor* é uma categoria de análise, cuja função se define por objetivos de pesquisa do autor francês; (2) e provar a tese, na *Leçon du 15 février 1978*, de que o poder pastoral institucionalizado é uma tecnologia de governo das almas que emerge na sociedade cristã entre os séculos II, III e VI, estendendo-se ao século XVIII (Foucault, 2004, p. 152), com reformulações nos períodos da Reforma Protestante e da Contrarreforma.

Na próxima seção, veremos as ocorrências do termo *pastor* no Oriente mesopotâmico. Destacaremos os diferentes significados desse verbete, por meio do entendimento da *metáfora pastoral*, em sociedades antigas. Salientamos que a analítica do governo opera nas demais seções, pois estas descrevem os significados do vocábulo *pastor* durante o artigo.

2 OCORRÊNCIAS DA METÁFORA PASTORAL EM SOCIEDADES ORIENTAIS

O objetivo desta seção é descrever as ocorrências da metáfora pastoral em sociedades do antigo Oriente e, a partir de seus significados, provar a primeira parte da hipótese do artigo, de que o modelo pastoral de poder molda a vida política de antigas sociedades orientais.

Inicialmente, pode-se dizer que *pastor* é uma categoria utilizada no cotidiano das atividades produtivas em diversas sociedades antigas. Comumente, *pastor* é visto em sentido literal, como um ofício de pessoas do campo, e consiste em proteger, guardar e conduzir o rebanho de animais (ovelhas, gado, porcos, cavalos) ao pasto e de volta ao curral.

Na cultura romana, *pastor* é um termo derivado do verbo latino *pascere*. O *Novissimo Dicionário Latino-Portuguez* explica o uso etimológico do termo. O verbo *pāscērē* ou *pascere* significa vários atos: “1º Levar ao pasto, apascentar; criar (animais); 2º Nutrir, sustentar (escravos); nutrir, alimentar, manter, sustentar; dar alimentos, dar de comer; 3º Fig. Nutrir, alimentar (alguém); entreter, dar pasto a; 4º Nutrir, manter, alimentar; fazer crescer, desenvolver; 5º Pastar; 6º Pôr em pastagens” (Saraiva, 1927, p. 850).

Já o substantivo *pastoral* equivale a “Pāstōrālīs, ě, *adj.* (de *pastor*)” (Saraiva, 1927, p. 851). E “Pāstōrālītēr, *adv. Fort.* Como pastor (espiritual)” (Saraiva, 1927, p. 851). Entre os romanos, *pastor* corresponde ao termo latino “Pāstōr,ōrīs,*s. ap.m.* (*pascere*). O que leva o

gado ao pasto, que guarda gado, pastor” (Saraiva, 1927, p. 851). No sentido figurado, Pāstōr,ōrīs equivale a “Pastor dos povos, rei” (Saraiva, 1927, p. 851).

Já, na cultura judaica, é comum entender que *pastor* em hebraico se escreve רועה e se pronuncia *roe*. A pictografia é composta por três consoantes ר=resh (cabeça); ע=ain (olho) e י=yod (mão), significando que pastor é o líder vigilante que observa seu rebanho e o conduz com as próprias mãos, sem intermediários. A origem primitiva da palavra pastor remonta ao verbo ראה, que se pronuncia *raah*, e significa cuidar de um rebanho, governar, fazer-se próximo como a um amigo íntimo (Strong, 1999; Sociedade Bíblica do Brasil, 2002).

Para além desses significados cotidiano e etimológico, Foucault se atém aos usos político e religioso da palavra. No início da *Leçon du 8 février 1978* de *STP*, o autor antecipa o primeiro argumento que demonstra a primeira parte da nossa hipótese, o de que havia “a organização de um poder pastoral no Oriente pré-cristão e cristão” (Foucault, 2004, p. 119). Para maior clareza, dividiremos a análise deste primeiro argumento em duas partes: uma que se concentrará nas ocorrências da metáfora pastoral; e outra que versará sobre o perfil do modelo pastoral de poder no Oriente pré-cristão.

Foucault (2004, p. 127) chega à metáfora pastoral supondo que “a ideia de um governo dos homens é uma ideia cuja origem deve ser buscada no Oriente, num Oriente pré-cristão primeiro, e, depois, no Oriente cristão”. E isso sob duas maneiras: “primeiramente, sob a forma da ideia e da organização de um poder de tipo pastoral, depois sob a forma da direção de consciência, da direção das almas”.

A metáfora pastoral consiste na ideia de que, em algumas sociedades do antigo Oriente, porque “O deus é o pastor dos homens”, “[...] o rei também é o pastor dos homens, o rei é de certo modo o pastor subalterno a que Deus confiou o rebanho dos homens e que deve, ao fim do dia e ao fim do seu reinado, restituir a Deus o rebanho que lhe foi confiado” (Foucault, 2004, p. 128). O modelo pastoral de poder consiste numa relação pastoral entre deus e os homens que se estrutura na condução do povo-rebanho pelo rei-pastor em nome de seu deus-pastor.

É possível verificar a organização política do modelo pastoral de poder na experiência política de sociedades do Oriente mediterrâneo. Nas monarquias do Egito, da Assíria e da Babilônia, “o rei é efetivamente designado, de forma nitidamente ritual, como o pastor dos homens. O faraó, por exemplo, [...] na cerimônia da sua coroação, recebe as insígnias de pastor. Dão-lhe o cajado do pastor e declaram que ele é efetivamente o pastor dos homens”

(Foucault, 2004, p. 128). Foucault exemplifica com um hino egípcio em que se diz: “‘Ó Rá, que velas quando todos os homens dormem, que procuras o que é benéfico para teu rebanho [...]’” (Barucq; F. Daumas, p. 198 *apud* Foucault, 2004, p. 128).

Ademais, o “título de pastor dos homens faz parte da titulação real dos monarcas babilônicos” (Foucault, 2004, p. 128), assim como da monarquia assíria. A fonte de Foucault é um hino assírio que se dirige ao rei: “‘Companheiro resplandecente que participas do pastorado de Deus, tu que cuidas do país e que o alimentas, ó pastor da abundância’” (Seibert, p. 7-9 *apud* Foucault, 2004, p. 128).

Se entre os egípcios, assírios e babilônicos a relação de poder pastor-rebanho é política e religiosa, entre os hebreus é “[...] fundamentalmente e quase exclusivamente uma relação religiosa. As relações entre Deus e seu povo é que são definidas como relações entre um pastor e seu rebanho” (Foucault, 2004, p. 128).

Apenas Davi foi designado como rei-pastor, porque o termo pastor era reservado ao Deus hebraico, diz Foucault (2004, p. 128). E os profetas recebiam de Deus o rebanho, e profetizavam contra maus reis, ao dizerem que eram maus pastores, que dilapidavam o rebanho do Deus-pastor (Foucault, 2004, p. 129). Logo, a relação pastoral entre os hebreus e seu Deus tem como modelo “o poder que Deus exerce sobre seu povo” (Foucault, 2004, p. 129).

Após examinar a metáfora do pastor, cabe delimitar o perfil do modelo pastoral de poder no Oriente pré-cristão. Primeiramente, é um poder que se exerce sobre a multiplicidade que se movimenta: “O poder do pastor é um poder que não se exerce sobre um território, é um poder que, por definição, se exerce sobre um rebanho, mais exatamente sobre o rebanho em seu deslocamento, no momento que o faz ir de um ponto a outro” (Foucault, 2004, p. 129).

Por exemplo, o Deus hebraico caminha, desloca-se, assumindo a guia, dirigindo o seu rebanho, quando seu povo também caminha e se movimenta de um lugar para outro (Foucault, 2004, p. 129). Basta lembrar o deslocamento de Ur, na Caldeia, para a terra prometida na região da Palestina (Canaã), com Deus à frente de Abraão e do povo hebreu; e do Egito de volta para Canaã (a terra da promessa), Deus dirigindo Moisés e os hebreus.

Em segundo lugar, é um poder benéfico cujo objetivo é salvar o rebanho, um poder que se legitima pelo bem que faz às ovelhas: “A salvação são, antes de mais nada [...], os meios de subsistência [...] abundantes e a alimentação garantida são os bons pastos. O pastor é aquele que alimenta [...] diretamente ou, em todo caso, que alimenta conduzindo às boas campinas” (Foucault, 2004, p. 130-131).

O modelo pastoral de poder se expressa inicialmente, pela figura do “pastor que zela” (Foucault, 2004, p. 131) do rebanho: “‘Ó Rá, que velas quando todos os homens dormem, que procuras o que é benéfico para teu rebanho’” (Barucq; Daumas, p. 167 *apud* Foucault, 2004, p. 131). O poder pastoral se exprime como poder do líder de cuidar das necessidades de subsistência de cada indivíduo-ovelha e da salvação do grupo-rebanho.

Por fim, é um poder que individualiza o rebanho: “o pastor dirige todo o rebanho, mas ele só pode dirigi-lo bem na medida em que não haja uma só ovelha que lhe possa escapar. [...] o pastor tem de estar de olho em todos e em cada um, *omnes et singulatim*” (Foucault, 2004, p. 132). O modelo pastoral de poder se exerce como cuidado das necessidades sobre todos os indivíduos do grupo e, a um só tempo, sobre cada membro do grupo.

Infere-se, pois, desse primeiro argumento da *Aula de 8 de fevereiro* que Foucault remete o pastorado cristão à experiência política do antigo Oriente, também, porque, no pastorado hebraico, já operava uma técnica de governo de seres humanos, o poder individualizador. Este, por seu turno, será o principal dispositivo de condução das almas na pastoral cristã.

Já na *Leçon du 15 février 1978* de STP, Foucault anuncia um segundo argumento relevante que comprova a primeira parte da nossa hipótese, o de que “a história do pastorado, no Ocidente, como modelo de governo dos homens, é indissociável do cristianismo” (Foucault, 2004, p. 139). O pastorado, como governo dos homens, é inseparável do cristianismo, porque o governo das condutas individuais se institucionalizou durante a pastoral cristã na relação de poder – pautada pela direção de consciência que visa à obediência submissa – entre indivíduo-ovelha (súdito) e a figura do pastor-confessor (superior).

Edward McGushin, no capítulo intitulado de “The prince and the pastor: figures of power, care, and parrhesia”, do livro *Foucault’s askes is: an introduction to the philosophical life*, esclarece que a ação do pastor, no pastorado cristão, volta-se para a conduta dos indivíduos: “O pastor é capaz de salvar o indivíduo com base no conhecimento que desenvolve sobre ele: sobre o que o indivíduo pensa e sente, diz e faz, deseja e precisa, sobre como o indivíduo vive e deve viver” (McGushin, 2007, p. 202).

Depreende-se da passagem acima que o poder individualizador, a partir do século II ao VI em diante, se constitui de quem conduz condutas (o pastor-confessor), o indivíduo governado (os súditos), um método de condução que conhece o sujeito por dentro (a direção de consciência), e um fim de governo (a salvação espiritual do indivíduo em outro mundo).

Conclui-se que a primeira parte da hipótese do nosso texto sobre a experiência política dos orientais ter sido marcada pelo modelo pastoral de poder foi demonstrada por meio de dois argumentos de Foucault: um que proclama a organização do modelo pastoral de poder no antigo Oriente pré-cristão e cristão; o outro, segundo o qual a história do modelo de governo dos homens (o pastorado no Ocidente) é inseparável da pastoral cristã.

Verificamos a primeira parte da hipótese deste artigo, a de que o modelo pastoral de poder caracteriza a vida política das sociedades orientais devido à centralidade da figura do pastor nas relações de poder. Na próxima seção, demonstraremos a segunda parte da hipótese, de que o modelo pastoral de poder não molda a experiência política dos gregos, já que a figura do pastor, em obras políticas da literatura grega, é escassa; e, em Platão, há ocorrências do verbete, mas são vigorosamente contestadas, segundo Foucault.

3 O PASTOR EM OBRAS LITERÁRIAS DA GRÉCIA ANTIGA E EM PLATÃO

Esta terceira e última seção tem como objetivo apresentar a figura do pastor em obras literárias da Grécia antiga, demonstrando a segunda parte da hipótese do nosso texto, segundo a qual o modelo pastoral de poder não se aplica à experiência política dos gregos. Para verificar a validade deste segundo momento da hipótese do nosso texto, examinaremos dois argumentos de Foucault em duas aulas do curso de 1978 *STP*.

Na *Leçon du 8 février 1978*, Foucault proclama o primeiro argumento que nos interessa: “Ora, a ideia de que os homens são governados é uma noção que certamente não é grega” (Foucault, 2004, p. 127). Governar indivíduos não caracteriza a vida política dos gregos; primeiro, porque a relação das divindades gregas com a cidade e a relação entre o rei e a *polis*, na literatura grega, se expressa por outras metáforas, e não pela metáfora do pastor. Werner Jaeger (2018) salienta que a forma política da monarquia, do século X ao VII (900-600 a. C.), é o sistema de governo por um rei (*basileu*), auxiliado por um conselho de nobres, formado, normalmente, de membros da própria família real.

Na Grécia antiga, o rei é comparado ao timoneiro; e a cidade ao navio. Por exemplo, no *Édipo rei*, de Sófocles, o monarca, “[...] tendo a seu encargo a cidade, deve conduzi-la bem, como um bom piloto governa devidamente seu navio, e deve evitar os escolhos e conduzi-lo ao porto” (Foucault, 2004, p. 127). Não são os indivíduos o objeto de governo; o rei não governa pessoas, mas a cidade, diz Foucault (2004, p. 127). Os deuses gregos não são andarilhos como são, por exemplo, o deus dos hebreus: “O deus grego é um deus territorial,

um deus *intramuros*, tem seu lugar privilegiado, seja sua cidade, seja seu templo” (Foucault, 2004, p. 129).

Na nota 22 da mesma aula, Foucault comenta uma passagem do *Édipo rei*, que consta em *Antígona*. Entre os gregos, o objeto de governo não são pessoas, e sim a cidade, pois o poder político se exerce sobre o território: “‘Meu rei, eu te disse e de novo te digo,/darei prova de loucura e de tolice./se abandonasse a ti/que, quando meu país penava na tempestade,/foste o bom vento que o guiou. Ah! Novamente,/se tu podes, leva-nos hoje a bom porto’” (Sófocles, p. 122 *apud* Foucault, 2004, p. 136).

O poder, na política grega de soberania, se caracteriza “por seu bem-fazer, por sua onipotência, pela riqueza e por todo o fulgor dos símbolos de que se cerca” (Foucault, 2004, p. 130). O poder se define: a) “por sua capacidade de triunfar sobre os inimigos, de derrotá-los, de reduzi-los à escravidão”; e b) “pela possibilidade de conquistar e por todo o conjunto dos territórios, riquezas, etc., que terá acumulado” (Foucault, 2004, p. 130).

Bartolomé Ruiz (2016, p. 6) diferencia a ação de governar os outros, do pastor oriental, da ação de reinar sobre os outros, do rei grego:

Ao reinar comanda-se de forma impositiva e prescreve-se a lei de modo obrigatório. Governar é guiar a conduta dos outros, com seu consentimento. No governo há uma aceitação, implícita ou explícita, das diretrizes orientadoras da conduta. Governar não é impor, mas propor.

O modelo pastoral de poder é governo de homens e não a posse de territórios; entendido como ação de governar diretamente indivíduos, o poder pastoral inexistia na experiência política dos gregos. Foucault (2004, p. 134) conclui esse primeiro argumento exibindo o paradoxo da civilização cristã do Ocidente: foi uma das mais sangrentas, conquistadoras, criativas e violentas e, a um só tempo, berço de uma forma de poder em que “o homem ocidental aprendeu durante milênios o que nenhum grego sem dúvida jamais teria aceitado admitir, aprendeu durante milênios a se considerar uma ovelha entre as ovelhas” (Foucault, 2004, p. 134).

Na *Leçon du 15 février 1978*, aparece o segundo argumento de Foucault: “Parece-me de fato que podemos dizer que o tema da relação pastor-rebanho, para designar a relação do soberano ou do responsável político com seus súditos ou concidadãos, está presente nos gregos” (Foucault, 2004, p. 140). Foucault parece contradizer o argumento da aula anterior sobre a não ocorrência da metáfora pastoral na Grécia clássica. O que poderia levar a crer que a segunda parte da hipótese seria invalidada pelas fontes. Contudo, diríamos que

parcialmente. Foucault admitirá usos opostos da metáfora pastoral em outros textos da literatura grega e em Platão.

Na *literatura homérica*, emprega-se a metáfora do pastor como “denominação ritual do soberano” (Foucault, 2004, p. 140), assim como na Assíria. Por exemplo, Agamémnon é, no poema da *Iliada*, um rei a quem os súditos se dirigem como “pastor dos povos, como *poiménlaôn*” (Foucault, 2004, p. 140).

Na *tradição pitagórica*, devido à compreensão etimológica da palavra lei (*nómos*) remetida ao termo pastor (*noméus*), “o pastor é aquele que faz a lei, na medida em que é ele que distribui o alimento, que dirige o rebanho, que indica a direção correta” (Foucault, 2004, p. 140-141). Por isso, tanto a divindade como o governante político da cidade são designados de pastor. Zeus é o “*Nómios*, Zeus é o deus-pastor, o deus que concede às ovelhas o alimento de que necessitam” (Foucault, 2004, p. 141). O magistrado é um “*philánthropos*, aquele que ama seus administrados [...], por definição, é cheio de zelo e de solicitude, tal como o pastor. [...] o magistrado, aquele que decide na cidade, é [...] um pastor” (Foucault, 2004, p. 141).

No *vocabulário político clássico* da Grécia antiga, “a metáfora do pastor não aparece” (Foucault, 2004, p. 142). Por exemplo, no *Index isokrátios*, inexistente qualquer referência a termos como “*poimén* [...] e *nomeús*” (Foucault, 2004, p. 142). Em *Areopagítico*, de Isócrates, há uma descrição prescritiva das funções do “bom magistrado” como alguém que cuida, zela e vigia, mas não há referência ao verbete *pastor* (Foucault, 2004, p. 142). Logo, não há identificação do magistrado grego com o pastor.

Na *Leçon du 22 février 1978*, Foucault acrescenta que o que direciona a política dos gregos, no período clássico, é a lei e a persuasão, ou seja, as “[...] injunções da cidade” e a “[...] retórica dos homens” (Foucault, 2004, p. 177). Na Grécia democrática, o poder político se exercia com base no respeito à lei e no convencimento das pessoas pelo uso retórico da palavra, não na obediência submissa a um líder. A vida política é regida por um conjunto de leis que deixa a cidade forte e lhe garante sua existência, sem a intervenção direta de um líder sobre a vida dos indivíduos. Dessa forma, a metáfora do pastor não constitui a vida política dos gregos, pois a submissão grega é respeitar a autoridade da lei e não obedecer ao governo direto de um líder específico. O súdito grego dirige-se pela lei prescrita para todos. O súdito oriental, na perspectiva teocrática de poder, era dirigido pelo Deus-pastor e pelo rei-pastor.

À diferença da soberania régia, em *Démocratie: l'état des lieux*, John Dunn (2011, p. 72) defende que o modelo democrático de poder foi criado em Atenas em 508 a.E.C. por

Clístenes. Desde Péricles até Demóstenes, um século depois, “a democracia para os atenienses era um sistema de autogoverno dos cidadãos” (Dunn, 2011, p. 72).

Dunn (2011, p. 73) diz que o regime democrático durou um século e um quarto de história, e que durante um século “os cidadãos de Atenas se governavam a si próprios”, já que qualquer cidadão podia desempenhar a função de chefe do conselho, um órgão executivo do Estado ateniense.

De posse dessas considerações de contexto, Foucault entende que, na *tradição platônica*, a palavra *pastor* ocorre com um duplo objetivo. Primeiro, retomar o tema do magistrado ideal dos pitagóricos: “o bom magistrado, o magistrado ideal é considerado o pastor. Ser um bom pastor é não apenas ser o bom, mas principalmente o verdadeiro, o magistrado ideal” (Foucault, 2004, p. 142). Segundo, debater e contestar o uso pitagórico aplicado ao governante da *polis*, por meio da diferença entre a função do político e a função do pastor.

Em textos de Platão, a metáfora do pastor aparece de três maneiras. Primeiramente, no *Crítias*, o termo pastor é atribuído aos deuses considerados pastores da humanidade no relato de um tempo mítico, em que as divindades gregas exerciam o poder de guiar, alimentar, tornarem felizes os humanos (Foucault, 2004, p. 142-143). Segundamente, n’*As leis*, o verbete pastor é aplicado ao magistrado-pastor visto como subordinado no tempo atual, depois do tempo mítico, é funcionário-pastor diferente dos chefes de Estado, isto é, não é senhor e legislador da cidade (Foucault, 2004, p. 143). Por fim, n’*A república*, emprega-se o vocábulo pastor para retomar o tema pitagórico do bom magistrado como o verdadeiro pastor, e revelar o lado egoísta do pastor que só cuida do rebanho com o objetivo de usufruir dele (Foucault, 2004, p. 143-144).

É o texto *O político* que contesta frontalmente o uso da metáfora do pastor aplicada ao governante da cidade, e o faz colocando “o problema de saber se efetivamente se pode caracterizar [...] a própria natureza do poder político tal como se exerce na cidade [...] a partir desse modelo de ação e do poder do pastor sobre seu rebanho” (Foucault, 2004, p. 144). Para Foucault (2004, p. 144), Platão rejeita a tese de que “o chefe da cidade deve ser o pastor do rebanho”. E “a rejeição da metáfora do pastor” (Foucault, 2004, p. 144) é feita por uma análise em quatro momentos.

Primeiro, definir a “ação do homem político”, que consiste na “arte de prescrever, a arte de comandar” (Foucault, 2004, p. 144) seres humanos. Senellart (2004b, p. 146) defende que Foucault compara o pastorado com a soberania, a qual não se traduz em práticas efetivas

de governo, porque a sua finalidade é “realizar o bem comum”. Este consiste na “obediência à lei, ou seja, na soberania mesma. Por conseguinte, o único fim da soberania é manter a soberania” (Senellart, 2004b, p. 146). À diferença da estrutura de soberania, o fim do pastorado é salvar o rebanho. Logo, o modelo pastoral de poder consiste, não numa relação de soberania política, mas no “[...] modo de relação que une o pastor a sua ovelha” (Senellart, 2004b, p. 134).

Segundo, dizer o que é ser pastor: “ser o único a ser pastor num rebanho” que, a um só tempo, realiza “várias funções diferentes” (Foucault, 2004, p. 146), como alimentar o rebanho, cuidar das ovelhas jovens, curar as feridas, conduzi-las pelos caminhos. Se o pastor é um só para exercer várias funções na cidade e se ele for o rei, haveria rivais do rei, porque, na *polis*, vários profissionais exercem função de pastor: o agricultor e o padeiro que alimenta os homens, o médico que cuida dos doentes, o professor e pedagogo que cuida da educação das crianças. Logo, o homem político não é pastor (Foucault, 2004, p. 147).

Terceiro, recuperar a natureza do político por meio da narrativa mítica de que no tempo que os deuses presidiam como pastores o rebanho humano, a humanidade era plena, não precisava de política (Foucault, 2004, p. 147). A política começa no tempo da dificuldade, quando os “deuses se retiram e os seres humanos são obrigados a se dirigir uns aos outros, isto é, necessitam de política e de homens políticos” (Foucault, 2004, p. 148). Foucault (2004, p. 148) ressalta que esses homens políticos não estão acima do rebanho, como os deuses estavam acima da humanidade, mas são humanos, logo não são pastores.

A fim de entender melhor a noção de *começo da política* na Grécia antiga, o manual *Storia della filosofia antica: dalle origini a Socrate*, de Mauro Bonazzi (2016, p. 63), defende que a invenção da política grega não se reduz a “discussões especializadas sobre leis e constituições”. Os gregos inventaram a política a partir da convicção de que a política, sendo o governo da *polis*, se refere a saberes e práticas que se ocupam de uma pergunta geral pela natureza humana e pelo sentido da sua existência (Bonazzi, 2016, p. 63).

Essa premissa poderia ser rastreada desde Homero, culminando com a definição aristotélica do ser humano como animal político (*zoónpolitikon*) (Bonazzi, 2016, p. 63). O tema que indica o rastreio dessa convicção é o da “justiça: a sua origem, a sua natureza, as suas condições de possibilidade e o que se lhe opõe, a força, a violência e a injustiça” (Bonazzi, 2016, p. 63-64). A justiça é o conceito que prova que “política é a junção de questões mais gerais que, em última análise, envolvem uma reflexão sobre o próprio sentido da experiência humana” (Bonazzi, 2016, p. 63-64).

O *quarto* momento concerne a responder à pergunta sobre a função do homem político, por meio da substituição do modelo pastoral de poder da “divindade-pastor” pelo “modelo da tecelagem. O homem político é um tecelão” (Foucault, 2004, p. 149). A metáfora indica que assim como o tecelão precisa da ajuda do cardador, o homem político precisa da cooperação de outras pessoas realizando seus ofícios, para que a vida da cidade funcione. Não é propriamente a política, mas será condição para exercê-la na *polis*. O político se define pela sua função, pela sua arte de ligar as partes em conflito, de possibilitar que as diferenças convivam numa comunidade cujo estilo de vida consiste em cada qual realizar as virtudes que lhe tocam na *polis*.

O homem político liga entre si os elementos, os bons elementos que foram formados pela educação, vai ligar as virtudes, as diferentes formas de virtude que são distintas umas das outras e, às vezes, até opostas umas às outras, vai tecer e ligar entre si os temperamentos opostos, por exemplo os homens fogosos e os homens moderados, e vai tecê-los como a lançadeira de uma opinião comum que os homens compartilham. A arte do rei não é portanto, de maneira alguma, a arte do pastor, é a arte do tecelão, é uma arte que consiste em juntar as existências, eu cito, “numa comunidade que se baseia na concórdia e na amizade” (Platão *apud* Foucault, 2004, p. 149-150).

O resultado do bom governo da cidade ideal de Platão é a unidade das pessoas, baseada numa comunidade, cujos membros entram em consenso e vivem como amigos. O poder político consiste, pois, em garantir, por meio da submissão dos sujeitos às leis, a ordem entre as classes sociais, escravizados, guerreiros, homens livres, rei-filósofo.

Essa ordem da *polis*, em Platão, só poderia ser mantida se o rei-filósofo conhecesse o Bem como ideal supremo de ação do Estado e a verdade, ou as virtudes, principalmente, a justiça, que consiste em realizar, com perfeição, o papel de cada classe social no Estado ideal (Platão, 963 *apud* Jaeger, 2018, p. 1391). Por exemplo, a virtude dos governantes é governar sabiamente a cidade. A virtude dos guerreiros é a valentia diante do inimigo. Ademais, todos devem ter a virtude “[...] do sereno domínio de si próprio” (Platão, 430 *apud* Jaeger, 2018, p. 816). O governo de si, em Platão, refere-se ao comando de uma parte sobre a outra parte da alma. A razão governa à medida que freia, impõe limites à parte instintiva da personalidade.

Bonazzi *et al.* (2005), em *Filosofia antica*, esclarece o paralelismo entre a alma do indivíduo e o corpo do Estado, em Platão. O filósofo grego dividiu a alma em três partes: racional, animada (força da mente) e concupiscível (rege os impulsos fisiológicos e apetites). O Estado seria composto por três classes: trabalhadores, guardiães e filósofos (Bonazzi *et al.*, 2005, p. 163). Para assegurar a vida boa na sociedade e no indivíduo, seria necessário ordenar

a “multiplicidade caótica de desejos e impulsos das classes e seus interesses”, por meio da “obediência a princípios racionais” (Bonazzi *et al.*, 2005, p. 164).

O paralelismo consiste em que a parte concupiscível corresponde aos trabalhadores; a parte animada toca aos guardiães que defendem o Estado; e aos filósofos que governam a *polis* reserva-se a parte racional, que comanda as paixões. Essa divisão tem como premissa a ideia “[...] de que um Estado justo e bem ordenado, em que tanto os indivíduos como o todo são felizes, é aquele em que cada pessoa desempenha a tarefa para a qual está predisposta, com base apenas nas diferenças naturais” (Bonazzi *et al.*, 2005, p. 164).

Em Platão, a vida feliz individual e coletiva consiste em realizar os desejos inerentes a cada classe social: o desejo de ter família e êxito econômico moderado toca aos trabalhadores; os guardiães desejam provar sua coragem; e os filósofos desejam realizar a paixão pelo conhecimento (Bonazzi *et al.*, 2005, p. 164). Bonazzi acrescenta que a política, no pensamento platônico, encontra na moral “as suas raízes e princípios justificadores” (Bonazzi *et al.*, 2005, p. 163). O pressuposto é que “o objetivo da ética é produzir uma vida boa [...] tanto para os indivíduos como para a comunidade” (Bonazzi *et al.*, 2005, p. 163).

Foucault (2004, p. 150) conclui que há uma “rejeição formal do tema do pastorado” aplicado ao rei como homem político, no pensamento platônico. As outras atividades do padeiro, do agricultor, do pedagogo, do ginasta, do médico são necessárias para a manutenção da cidade, mas subordinadas à ordem política. Uma vez que o soberano comanda impondo a lei aos súditos, a arte de reinar é dar ordens, o que não segue o modelo de governo do pastor, e sim o modelo do tecelão. A tecelagem corresponde à ação de o chefe político apaziguar os conflitos na cidade e assegurar a unidade, aplicando leis.

Em Platão, o que vai definir o exercício do poder político é o modelo educacional da tecelagem. A educação dos cidadãos constitui a vida política, forma líderes para comandar a si mesmos e a cidade. O exercício do poder político requer uma formação propedêutica em ofícios que sirvam de auxílio para comandar a *polis*, parte da educação do homem político.

Pierre Hadot (1995, p. 96) – em *Qu’est-ce que la philosophie antique?* – reputa a Platão a ideia de “[...] mudar a vida política pela educação filosófica dos homens influentes na cidade”. Hadot (1995, p. 97) reitera que a intenção do filósofo é defender um saber filosófico, baseado em um método racional e no “[...] amor do bem e da transformação interior do homem”. Platão advoga uma educação que faça coincidir o homem político com o governante da cidade, que busca conhecer o bem e é transformado por esse conhecimento.

A ideia de educação como tecelagem do homem político consiste na tese de que o bom governo da cidade depende da formação do governante, voltada para o bem. Nesse caso, o modelo do pastor inexistente na sociedade grega, uma vez que o poder político, em Platão, legitima-se pela educação do homem político, e não no poder divino, como no mundo oriental. A concepção política da sociedade grega, no exercício do poder político, distingue-se do governo dos outros, peculiar ao modelo pastoral de poder. A política é o âmbito da liberdade, da autogestão dos sujeitos, e não da condução dos outros para uma finalidade de governo.

Ademais, cabe uma problematização do modelo político grego da tecelagem. Essa arte de comandar a cidade implica que o poder político, no modelo platônico, opera no âmbito da soberania dos sujeitos. Bartolomé Ruiz (2016, p. 10) diz que esse marco jurídico-político é formado de “[...] princípios formais do exercício do poder e de sua legitimação”.

Bartolomé Ruiz (2004) defende que o princípio da liberdade se desenvolveu apenas no âmbito do governo exercido pelos concidadãos, ou dos pares, na democracia grega. Isto é, na esfera de “[...] um governo isonômico dos outros, ou estritamente falando, seria o *governo com os outros*, estando regido pelos princípios da democracia direta na qual todos têm igualdade de condições para decidir e governar” (Bartolomé Ruiz, 2004, p. 159).

Bartolomé Ruiz (2016, p. 8) atesta que autonomia dos sujeitos e a autogestão do coletivo é o marco do poder democrático: “O poder político da *Ágora grega* era entendido como um poder entre iguais. Nele aplica-se o princípio da autonomia dos sujeitos que, em condições isonômicas, deliberam sobre o destino político da coletividade”.

No regime democrático, o poder político baseia-se na liberdade do grupo de cidadãos que delibera na cidade (Bartolomé Ruiz, 2004). Ser livre é ter “[...] a capacidade de autogovernar a própria existência” (Bartolomé Ruiz, 2004, p. 134). A liberdade grega equivalia à *autarkéia* que, por sua vez, corresponde ao autogoverno. Assim, o governo de si (autogoverno) requer o autodomínio (*enkrateia*), isto é, saber comandar os próprios desejos e ter o controle da vontade, por meio do exercício da virtude (*aretê*), como a temperança (*sophrosune*) (Bartolomé Ruiz, 2004).

Por outro lado, segundo pensa Bartolomé Ruiz (2016), o aspecto-limite do poder político, em Platão, é a ausência de preocupação com as necessidades concretas dos cidadãos. Essa tese baseia-se no argumento de Foucault (2004) de que o exercício da política não se compromete com as necessidades do povo, uma vez que existem ofícios que suprem o cuidado com isso. É o caso do pedagogo, do agricultor, do médico, do pedreiro, do padeiro, que são como pastores que cuidam da manutenção de aspectos básicos da vida humana na cidade.

Bartolomé Ruiz (2016) reforça que esse limite do pensamento platônico, além da cidadania, amplia-se para o marco jurídico-político da soberania e da democracia ateniense. O aspecto problemático é que as necessidades das pessoas que precisam de apoio, solidariedade ou cuidado não são levadas em conta. Há que se pressupor que “uma pessoa que vive uma necessidade extrema não pode invocar a autonomia para resolver a necessidade; ela requer ajuda, apoio, cuidado” (Bartolomé Ruiz, 2016, p. 8).

A dimensão da necessidade inexiste no governo político ateniense, pois a liberdade política dos que decidem na *pólis* grega prescinde das necessidades alheias. O limite da liberdade grega é pressupor que o outro deve ser capaz de dar conta da própria vida, independentemente das circunstâncias adversas e do contexto social e político que desfavorecem a pessoa. O aspecto problemático da política grega consiste em que o autogoverno pode ser um princípio formal que existe separado das necessidades concretas dos indivíduos.

Portanto, o modelo pastoral de poder não constitui a política grega devido à ausência da relação pastor-rebanho nos modelos de poder da Grécia antiga; a significados opostos na literatura; e à contestação da filosofia de Platão da figura do pastor e do resgate do político.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que este artigo teve como objetivo apresentar os diferentes significados da palavra *pastor* na Antiguidade pré-cristã, entre o mundo oriental e o grego. Verificou-se a hipótese de que o interesse de Foucault por fazer essa distinção era de vincular o pastorado cristão à técnica individualizante do modelo pastoral de poder exercido na antiguidade oriental.

Demonstramos dois argumentos nas seções do nosso texto: (1) os significados orientais do termo *pastor* indicaram que a experiência política das sociedades do Oriente antigo era moldada pelo modelo pastoral de poder; (2) e as aparições da palavra *pastor* na Grécia antiga demonstraram que a vida política da sociedade grega descrita por textos literários e pela literatura filosófica de Platão não foi marcada pelo modelo pastoral de poder.

Portanto, nossa conclusão é que a palavra *pastor* cumpre a função analítica de diferir política grega de política oriental, a fim de afastar o pastorado cristão (centrado na obediência submissa) da filosofia grega (centrada na autonomia do cuidado de si) e aproximá-lo do pastorado oriental, cujo objetivo era conduzir o rebanho. Na analítica do governo, sobretudo

do pastorado cristão, a análise da metáfora do pastor desembocará na modalidade religiosa de sujeito: o pastor-confessor. Tema cujo desenvolvimento analítico requer outro *paper*.

REFERÊNCIAS

AYUB, João Paulo. **Introdução à analítica do poder de Michel Foucault**. São Paulo: Intermeios, 2014.

BARTOLOMÉ RUIZ, Castor M. M. **Os labirintos do poder: o poder (do) simbólico e os modos de subjetivação**. Porto Alegre: Escritos, 2004.

BARTOLOMÉ RUIZ, Castor M. M. O poder pastoral, as artes de governo e o estado moderno. **Cadernos IHU Ideias**, São Leopoldo, ano 14, v. 14, n. 241, p. 3-29, 2016.

BONAZZI, Mauro. Alla ricerca della giustizia: il pensiero etico-politico tra VI e V secolo. In: VEGETTI, Mario; TRABATTONI, Franco; BONAZZI, Mauro. **Storiadella filosofia antica: dalle origini a Socrate: v. 1**. Roma: Carocci editore S.p.A, 2016. p. 63-78.

BONAZZI, Mauro *et al.*. **Filosofia antica**. Milano: Raffaello Cortina Editore, 2005.

BRÖCKLING, Ulrich; KRASMANN, Susanne; LEMKE, Thomas. From Foucault's Lectures at the Collège de France to Studies of Governmentality: an introduction. In: BRÖCKLING, Ulrich; KRASMANN, Susanne; LEMKE, Thomas. **Governmentality: current issues and future challenges**. New York: Taylor & Francis e-Library, 2011. p. 1-33.

CANDIOTTO, César. Governo e direção de consciência em Foucault. **Natureza Humana: revista de filosofia e psicanálise**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 89-114, 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/nh/v10n2/v10n2a04.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2024.

DUNN, John. Démocratie: l'état des lieux. In: GAUCHET, Marcel; MANENT, Pierre; ROSANVALLON, Pierre (org.). **Situations de la démocratie: démocratie: l'ancien et Le neuf L'historicisme et ses ennemis passé présent**. Paris: Seuil-Gallimard, 1993. p. 71-94.

CHEVALIER, Philippe. **Michel Foucault et le christianisme**. Lyon: ENS éd., 2011.

FOUCAULT, Michel. **Histoire de la sexualité I: la volonté de savoir**. Paris: Éditions Gallimard, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Sécurité, territoire, population: Cours au Collège de France (1977-1978)**. Paris: Gallimard, Seuil, 2004.

FOUCAULT, Michel. Omnes et singulatim: vers une critique de la raison politique. In: DEFERT, Daniel; EWALD, François (org.). **Dits e écrits: v. IV – 1980-1988**. Paris: Gallimard, 1994. p. 134-161.

HADOT, Pierre. **Qu'est-ce que la philosophie antique?** Paris: Éditions Gallimard, 1995.

JAEGER, Werner Wilhelm. **Paideia**: a formação do homem grego. Tradução de Artur M. Parreira. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

LEMKE, Thomas. **Foucault, governmentality and critique**. New York: Routledge, 2016.

MCGUSHIN, Edward F. **Foucault's askēsis**: an introduction to the philosophical life. Evanston, Illinois: Northwestern University Press, 2007.

POTTE-BONNEVILLE, Mathieu. **Foucault**. Paris: Elipses, 2010.

SARAIVA, Francisco Rodrigues dos Santos. **Novissimo dicionário latino-portuguez**: etimológico, prosódico histórico, geográfico, mitológico, biográfico, etc. 9. ed. Rio de Janeiro: Livraria Guarnier, 1927.

SENEILLART, Michel. Situation dès cours. *In*: FOUCAULT, Michel. **Sécurité, territoire, population**: Cours au Collège de France (1977-1978). Paris: Gallimard, Seuil, 2004a. p. 379-411.

SENEILLART, Michel. La práctica de la dirección de conciencia. *In*: GROS, Frédéric; LÉVY, Carlos (org.). **Foucault y la filosofía antigua**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 2004b. p. 129-146.

SOCIEDADE BÍBLICA DO BRASIL. **Dicionário bíblico Strong**: léxico Hebraico, Aramaico e Grego de Strong. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2002.

STRONG, James. **Strong's hebrew dictionary**. Albany: AGES Software, 1999.